

FMRA: ENTREVISTA CON SÉRGIO LEITE

Flávia Mattar

Hoje, no contexto da globalização neoliberal, é urgente a criação de novas políticas de acesso e gestão da terra, sendo fundamental a retomada da reflexão sobre a reforma agrária. Sérgio Leite, – coordenador do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e membro do Comitê Internacional Preparatório (CIP) do Fórum Mundial de Reforma Agrária (FMRA), representando o Ibase –, aborda algumas das principais questões que serão debatidas durante o Fórum Mundial de Reforma Agrária (FMRA), de 5 a 8 de dezembro, em Valença, Espanha.

IbaseNet – Quais os principais objetivos do FMRA?

Sérgio Leite – A idéia é congregar organizações para discutir e trocar experiências sobre os processos de luta e acesso à terra e aos recursos naturais (água, extrativismo etc). Especialmente importantes são as participações de representantes de organizações de trabalhadores rurais, agricultores familiares, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, populações nômades, camponeses etc e suas experiências em diferentes contextos sociais, políticos, econômicos e culturais no planeta. Além disso, é importante buscar alguns pontos consensuais em favor dessa parte não desprezível e altamente diversificada da população mundial envolvida com os processo agrários, direta e/ou indiretamente.

IbaseNet – Por que é fundamental para a sociedade brasileira debater e promover a reforma agrária?

Sérgio Leite – Especialmente em países que possuem altíssima concentração de terra, a reforma agrária tem implicações não somente sobre setores diretamente envolvidos no processo de luta pela terra e pelos recursos naturais, mas também sobre a sociedade como um todo. Ao democratizar o patrimônio fundiário, possibilitamos que uma parcela não desprezível da população tenha acesso a bens necessários para garantir sua reprodução de forma mais digna e cidadã, além de promover aquilo que o grande economista brasileiro Celso Furtado, recentemente falecido, chamou de equidade social. A melhoria das condições de vida das populações beneficiadas com os assentamentos rurais reflete-se no restante da sociedade, especialmente quando examinamos o entorno local e regional desses assentamentos, como diversas pesquisas recentes têm apontado.

IbaseNet – Quando falamos em reforma agrária no século 21, é diferente de quando falávamos no século 20. Hoje, não acreditamos mais que basta haver a distribuição de terras para que a reforma agrária esteja concluída...

Sérgio Leite – O quadro atual da reforma agrária não se resume ao distributivismo agrário, mas envolve um conjunto maior de ações, processos sociais e políticas públicas. Estão em jogo questões como melhor distribuição da riqueza (econômica, fundiária etc), aspectos relacionados à segurança alimentar da população, à preservação de determinadas paisagens e modos de vida, à consolidação de um segmento de trabalhadores rurais e agricultores familiares que opera uma pauta produtiva muito mais diversificada, dinamizando regiões do ponto de vista econômico, social e político.

IbaseNet – Quais os países mais atrasados em termos de reforma agrária no mundo?

Sérgio Leite – Existem países com forte concentração da propriedade da terra, dentro os quais o Brasil, mas também diversos países africanos, sul-americanos etc. Isso se deve à dificuldade de modificar uma estrutura política e social na qual a propriedade privada da terra representa um processo de sustentação de elites regionais e/ou nacionais, que não necessariamente estão relacionadas ao meio rural, mas também industrial, financeiro.

IbaseNet – Quais os mais avançados?

Sérgio Leite – Os chamados países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos, nações européias e Japão, realizaram, em algum momento da sua trajetória, um processo de reforma agrária. Isso também aconteceu em países que passam e/ou passaram por experiências de governos socialistas. Essas peculiaridades da formação histórica dos países e sua relação com a realização ou não da reforma agrária serão objeto de discussão do primeiro dia do Fórum. Em alguns casos, a reforma agrária aconteceu através de processos revolucionários, em outros como necessidade à consolidação de novas estruturas sociais e econômicas, fundamentais à expansão do próprio sistema capitalista.

IbaseNet – A igualdade de gênero tem sido garantida nos processos de reforma agrária?

Sérgio Leite – Ainda é pequeno o número de lotes de assentamento em que a mulher é a titular e/ou responsável. Mas, aparentemente, isso é um processo que tem crescido nos últimos tempos. O reconhecimento, por parte das políticas públicas, da mulher como responsável, tem possibilitado que tenha acesso a programas como crédito, assistência técnica etc. Mas é necessário avançar sobre esse ponto.

IbaseNet – Como vê o governo Lula no que diz respeito à reforma agrária?

Sérgio Leite – De certa forma, era esperado que a posse do presidente Lula implicasse a retomada da bandeira da reforma agrária no país, especialmente pelo fato de que a distribuição de terra significa geração de emprego a um custo muito baixo e a campanha presidencial previa a geração de 10 milhões de empregos. No entanto, a elaboração e anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária acabaram ocorrendo somente no final do primeiro ano de mandato, atrasando o cronograma de criação de novos projetos de assentamento.

Em 2004, retomou-se parcialmente o ritmo das desapropriações, mas ainda aquém das metas fixadas no PNRA, que é de 115 mil famílias para este ano. Assim, é preciso acelerar um pouco mais o processo, recuperando a capacidade operacional dos órgãos competentes e viabilizando recursos financeiros para tanto. A expansão do programa enfrenta resistências na base aliada do próprio governo – o que torna a aplicação do aparato legal que possibilita a arrecadação de terras que não cumpram sua função social um instrumento ainda relativamente moroso. No entanto, deve-se ressaltar que, recentemente, assistimos à primeira desapropriação de uma área que não atendia aos parâmetros ambientais e de relações de trabalho previstos constitucionalmente. Isso talvez possa ser um marco para que outras propriedades que possuam trabalho escravo e

relação predatória com o meio ambiente possam ser desapropriadas para a reforma agrária.

IbaseNet – A questão dos transgênicos será abordada durante o evento, não é mesmo?

Sérgio Leite – A produção de alimentos geneticamente modificados tem sido objeto de intensa polêmica. O tema está presente na programação do Fórum no sentido de abrir uma reflexão ampla sobre o significado e o alcance dessas práticas, avaliando seus reflexos sobre a segurança alimentar dos povos, o interesse das grandes empresas multinacionais e o comércio agrícola internacional.

IbaseNet – Qual a relação entre reforma agrária e soberania alimentar?

Sérgio Leite – Há uma forte relação entre os dois temas. O assentamento de famílias de trabalhadores rurais – que antes se viam desprovidas das condições mínimas para sua reprodução – tem possibilitado o acesso direto ao consumo de alimentos, com maior potencial calórico e protéico. Isso é possível devido ao cultivo de alimentos e à criação de animais que contribuem para a melhoria das condições de alimentação das famílias assentadas. Além disso, esse autoconsumo acaba representando, na realidade, um rendimento indireto, na medida que, ao produzir esses alimentos, as famílias estão deixando de comprá-los. Finalmente, é bom lembrar que a produção agropecuária nos assentamentos é mais diversificada do que nas grandes propriedades rurais, rebatendo numa oferta agrícola local e regional com composição maior de produtos que servem à alimentação humana.

IbaseNet – Qual a relação entre reforma agrária e equilíbrio ecológico?

Sérgio Leite – Em geral, podemos dizer que há uma relação positiva, na medida que a produção mais diversificada dos assentamentos rurais ameniza os efeitos deletérios dos sistemas de monoculturas altamente intensificados. No entanto, é preciso que se avance sobre uma prática produtiva com bases agroecológicas, repensando os métodos e as tecnologias empregadas, bem como os insumos produtivos. Assentamentos extrativistas têm servido como exemplos nos quais pode-se conjugar a reprodução das famílias (através da geração de renda necessária para tanto) com o manejo adequado dos recursos naturais.

IbaseNet – Organizações indígenas estarão presentes ao evento. Qual a relação entre indígenas e reforma agrária?

Sérgio Leite – É importante resgatar a luta pela demarcação de diversas áreas indígenas, processo que tem ocorrência em diversos países da América Latina, entre os quais o Brasil. Trata-se também de lutas pelo acesso à terra e aos recursos naturais, portanto ao tema reforma agrária, quando o compreendemos num sentido amplo.

IbaseNet – Com a multiplicação de tratados de livre comércio e a importação de produtos agrícolas e alimentares subsidiados está ocorrendo a quebra de pequenos(as) agricultores(as), que se convertem em camponeses(as) sem-terra. Que atenção vem sendo dada a esse fato, que ocorre em países em desenvolvimento?

Sérgio Leite – O comércio agrícola internacional e os interesses presentes nas rodadas e mesas das negociações sobre o assunto nem sempre levam em consideração o tecido social por trás da produção agroalimentar. Assim, concessões demandadas pelos principais países exportadores – tanto na abertura de mercados domésticos como na desgravação tarifária – têm gerado efeitos catastróficos sobre a estrutura de mercado e de produção agrícola em diversos países em desenvolvimento, sobretudo no grupo dos chamados produtos sensíveis, como é o caso do leite. É preciso repensar os termos desses acordos para assegurar as condições de produção e a existência de programas governamentais direcionados à manutenção desses segmentos de agricultores familiares e camponeses.

IbaseNet – **Muitas terras agrícolas em todo o mundo estão sendo destinadas para fins não-agrícolas como consequência das leis de mercado (especulação urbanística, expansão urbana, turismo rural). Poderia falar um pouco sobre isso?**

Sérgio Leite – Não somente para fins não-agrícolas, como também agrícolas (como é o caso da expansão da monocultura da soja nas regiões Norte e Nordeste do país), porém dentro de um modelo de grande propriedade com culturas de exportação. Isso tem implicado a expulsão de inúmeros pequenos produtores. Também nos países desenvolvidos, o aumento da produtividade física e a introdução de novas tecnologias resultaram no aumento do tamanho médio das propriedades rurais, o que tem levado ao deslocamento de populações que antes viviam na área rural para outras regiões. Esse processo gerou, em alguns casos, um esvaziamento demográfico de áreas e contribuiu para o agravamento de situações sociais em outras. O problema atual, especialmente nos chamados países em desenvolvimento, é que os núcleos urbanos e o emprego industrial não têm mais condições de absorver esse contingente de pessoas expulsas do campo, acirrando o quadro de problemas que permeia o contexto social, econômico e político desses países.

IbaseNet – **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra irá participar do Fórum?**

Sérgio Leite – O MST não só participará do Fórum com delegados representando a instituição, como também tem assento no Comitê Internacional Preparatório do Fórum Mundial de Reforma Agrária por meio da Via Campesina. Além disso, três representantes participarão da programação principal, na qualidade de expositores e/ou coordenadores de oficinas.

Links relacionados:

www.fmra.org
www.mst.org.br

Publicado em 25/11/2004.